

A Análise Crítica de Clausewitz (*Kritik*)

Rigor Epistemológico e Potencial Interdisciplinar

Érico Duarte

COPPE/UFRJ

ericoduarte@gmail.com

versão 30/06/2008

RESUMO

Ainda que a 'Renascença Clausewitziana' possa ser considerada um fato diante do crescente número de publicações sobre a Teoria da Guerra, existe uma completa omissão de sua metodologia de estudo da guerra. Clausewitz é claro em apontar que sua Teoria da Guerra não é um fim nela mesma. Ela existe e tem a finalidade de servir à análise crítica (*Kritik*). É através dessa que se tem a educação do intelecto do analista/comandante e a educação de sua capacidade de análise/julgamento. É através dela ainda que existe o progresso teórico do entendimento da guerra. Segundo Clausewitz, a própria Teoria da Guerra é um produto dessa metodologia. Este ensaio pretende contribuir no debate disciplinar dos estudos de defesa realizando uma apresentação adequada da método de análise crítica da guerra.

INTRODUÇÃO.

Como qualquer campo do conhecimento que ambiciona a identificação como “científico”, a demarcação epistemológica dos Estudos Estratégicos requer a apreciação do compromisso com seu objeto e contexto. Entretanto, imaturo como se encontra, os Estudos Estratégicos possuem tal aspecto pouco desenvolvido. De maneira geral, pode-se afirmar que os Estudos Estratégicos têm perseguido muito mais as outras disciplinas científicas - basicamente a Economia, Ciência Política e a Sociologia - em termos de seus resultados empíricos e sistemas teóricos, em contraste à quase completa falta de atenção à evolução epistemológica que acompanha a história interna da Ciência (Lakatos 1978).

A discussão contemporânea quanto à cientificidade dos Estudos Estratégicos data do fim da Segunda Guerra Mundial nos Estados Unidos, quando do seu processo de re-configuração de uma nova estrutura para a defesa e a

necessidade veemente de reflexão frente à tecnologia nuclear. O debate é iniciado por cientistas da física, química e economia que retomam o debate quanto à cientificidade do pensamento e ainda da condução estratégica das organizações militares (Brodie 1949). Essas considerações são retomadas posteriormente na discussão da natureza da atividade dos estrategistas civis norte-americanos (Bull 1968). A identificação e apreciação de uma comunidade epistêmica de Estudos Estratégicos foram feitas inicialmente por Gray (1977). A discussão quanto a contornos epistemológicos é empreendida apenas no contexto do pós-Guerra Fria, com a sugestão de novos objetos da disciplina com mudança do panorama internacional (Chipman 1992) e de sua subordinação ao expansivo campo das Relações Internacionais (Walt 1992). Essa proposta é criticada e revista. Por um lado, passa-se a considerar a partir de então uma perspectiva mais sofisticada através de um levantamento históricos mais detalhado por Betts (1997). Ele delinea, ainda, os elementos externos do campo com relação a sua posição na Academia e seus vínculos com a prática da guerra, o Estado e as outras áreas do conhecimento próximas, como os Estudos de Paz, por exemplo. Entretanto, Betts ainda é conciliador e condescendente na sua proposta, pois tenta harmonizar as estruturas internas, conceituais, às seções acadêmicas, baseada em considerações administrativas e particulares.

O compromisso epistemológico que todos esses autores empregam é subordinado à racionalização da atividade militar para a sustentação das instituições políticas pelo menos dos Estados Unidos e Europa. Conseqüentemente, o mesmo ocorre com a racionalização da atividade estratégica. A questão aqui é menos a demanda por uma neutralidade moral científica – inviável como já discutido por Weber (1922) – mais a subordinação do campo dos Estudos Estratégicos a uma sub-área técnica da atividade estatal – *statecraft*. Assim, essas proposições teóricas são pontuais e limitadas circunstancialmente, seja em termos históricos – o pós- Segunda Guerra – e político-cultural - o ponto de vista anglo-saxão. Portanto, o compromisso epistemológico dos Estudos Estratégicos em seu estado como tal é refém do contexto e, conseqüentemente, das tensões ideológicas, políticas e administrativas. Por isso, de utilidade discutível em prover o avanço desse campo como científico, distinguindo os temas relevantes dos irrelevantes, as metodologias consistentes dos inconsistentes e os estudos realmente científicos dos pseudo-científicos (Kapferer 2004). Essa complexa interligação entre os Estudos Estratégicos tem levado a uma condição em que sua aspiração normativa é refém de interesses particulares. Por um lado, isso é de esperar desde que a guerra é uma atividade política. Entretanto, por outro lado, a produção acadêmica tem sido incapaz de fazer as necessárias dissociações e alcançar proposições autônomas, tornando-se estéril e volátil.

Uma primeira evidência de tal condição é a fragmentação da produção em estudos Estratégicos e sua difícil expansão. É notável a falta de unidade nesse

campo e sua difícil inserção em outras comunidades científicas, mesmo aquelas em que se espelha e daquelas as quais toma insumos, como a Economia e as Ciências Sociais principalmente (Klueger, 1993). Da mesma maneira, a expansão dessa literatura para comunidades científicas de outros países, como o Brasil, também é difícil em razão das dúvidas que surgem com respeito a consistência epistemológica, mas mesmo ética desses estudos, que exigem extrema capacidade de parcimônia. Por outro lado, as origens dos Estudos Estratégicos marcam ainda uma desconexão com sua herança ocidental, seja da reflexão quanto à guerra anterior à Segunda Guerra Mundial desde à Antiguidade, mas mesmo de seus vínculos com o pensamento ocidental do qual também é herdeiro.

A principal consequência prática desse estado do campo está nos vários esforços de trabalho propriamente arqueológicos de retomada de debates e obras considerados dos dois últimos séculos, considerados até então como datados e, em vários casos, sequer considerados (Chaliand 1994, Gat 2001).

Paradoxal no estado-da-literatura dos Estudos Estratégicos é que a relevância de Clausewitz como arrimo conceitual do campo é mais e mais confirmado (Gray 1999, Hartmann 2002, Duyvesteyn 2004, Munkler 2004, Kinross 2005, Strachan 2007, Herberg-Rothe 2007, Herberg-Rothe & Strachan 2007, Echevarria 2007, Sumida 2008). Ainda assim, é espantosa a constatação no presente debate sobre Clausewitz e sua Teoria da Guerra a super-concentração de foco a questões externas à teoria e a hesitação na aplicação efetiva de seu método de estudo. De fato, esse debate é centrado em parâmetros de pesquisa acadêmica que não levam em conta os termos que o próprio Clausewitz aponta para o acesso e o progresso de sua teoria através de estudos históricos. Essa constatação é particularmente aguda quando se tem em tela que a maioria dos interlocutores desse debate são historiadores treinados. As questões consideradas pertinentes por eles são principalmente sobre os efeitos de cada sucesso ou fracasso de Bonaparte nos estudos de Clausewitz, sobre as personalidades que este se relacionou em vida, sobre as obras que ele possivelmente leu ou não, sobre a influência dos movimentos políticos alemães, para citar exemplos bastante reais. Em geral, são questões relacionadas a uma historiografia do pensamento de Clausewitz que, em grande parte, são questões imateriais. Ainda que abordagens historiográficas e filológicas possam ter sua contribuição prática, elas não conformam o horizonte da Teoria da Guerra de Clausewitz.

O reconhecimento de que a contribuição de Clausewitz é uma perspectiva conceitual de desdobramentos metodológicos emerge pontualmente e nas margens da literatura dos Estudos Estratégicos, e principalmente a partir de estudiosos de outras disciplinas que se inclinam sobre a guerra (Millet 1945, Collins 1955, Roxborough 1994, Reid 2003, Kaspersen 2003, Klinger 2006).

Entre as omissões existentes, a mais crítica é a quase completa falta de consideração pelo que Clausewitz textualmente apresenta como sua maior contribuição: a análise crítica (*Kritik*). Nas palavras de Clausewitz, sua teoria não é um fim em si mesmo. Ela é apenas parte e serve instrumentalmente ao seu método para o progresso da compreensão da guerra. A Teoria da Guerra tem como último propósito produzir a análise crítica.

A influência de verdades teóricas na vida prática é sempre exercida mais através da análise crítica que através da doutrina. A análise crítica sendo a aplicação das verdades teóricas nos eventos reais, não apenas reduz a lacuna entre os dois, mas acostuma a mente a essas verdades através da aplicação repetida.

[...]

Mas seria delírio imaginar que qualquer teoria pudesse dar conta de toda verdade abstrata, de tal maneira que tudo o que o analista crítico precisasse fazer fosse classificar o caso estudado sob o cabeçalho apropriado. Seria igualmente ridículo que se esperasse que a análise crítica mudasse de rumo cada vez que se confrontasse com os limites da teoria sacrossanta. O mesmo espírito de investigação analítica que cria uma teoria também guia o trabalho do analista crítico, que tanto pode quanto deve incursionar pelo campo da teoria de maneira a elucidar quaisquer pontos de importância especial. A função da análise crítica seria inteiramente perdida se ela degenerasse numa aplicação mecânica da teoria. Todos os resultados positivos da investigação teórica – todos os princípios, regras e métodos – terão cada vez menos universalidade e verdade absoluta quanto mais se façam doutrina positiva. Têm que ser usados quando necessários, e sua propriedade em qualquer caso tem que ser sempre objeto de juízo. Um analista crítico nunca deve usar os resultados da teoria como leis e padrões, mas apenas – como faz o combatente – *como auxílios ao juízo* (Clausewitz 1862, 1984: II-5: 156, 168).

Este é o método pelo qual o comandante é educado e a teoria deixa de ser apenas um apoio à contemplação do fenômeno e passa a ser um recurso para ação. A Teoria da Guerra, portanto, é expressão da crença no papel da educação como agente de transformação da realidade (Paret 1968, Proença Jr. & Duarte 2007). A análise crítica é a resposta de Clausewitz ao desafio secular de quanto é possível compreender sobre a guerra e como esse conhecimento pode ser prático e útil.

Conseqüentemente, apreciar a Teoria da Guerra e suas possíveis contribuições em qualquer debate sobre contribuições teóricas em defesa nacional sem considerar a análise crítica não é apenas uma inflexão incompleta, mas possivelmente defasada. A análise crítica é apresentada no capítulo cinco do livro dois do *Da Guerra*, 'Sobre uma Teoria da Guerra'. É, portanto, o ponto alto e conclusivo das considerações epistemológicas e metodológicas de Clausewitz sobre o que é possível saber sobre a guerra e como.

O próprio desenvolvimento da Teoria da Guerra apresentada na obra *Da Guerra*, ainda que inacabada, é resultado desse método e a mais forte evidência, inclusive historiográfica, de como Clausewitz era sério com relação a este ponto. Mais e mais, fica inviável mesmo considerar a Teoria da Guerra desamparado dos estudos de campanhas de Clausewitz, a partir das quais ele

refinava seu método analítico, sua inspeção da história da guerra e os desenvolvimentos de suas proposições conceituais (Strachan 2007). Ou seja, é possível intercalar os vários estágios de desenvolvimento teórico de Clausewitz com suas empreitadas de análise crítica de campanhas, com destaque para aquelas conduzidas por Napoleão (Herbeg-Rothe 2007).

O reconhecimento da análise crítica pela literatura é mínimo (Sumida 2008). Porém, mais importante é o campo de Estudos Estratégicos parecer ser incapaz de reconhecer os benefícios disciplinares da análise crítica, cujo papel, não surpreendentemente, é presente nas principais contribuições históricas mas também teóricas e metodológicas posteriores a Clausewitz ao campo dos Estudos Estratégicos por Hans Delbrück e Julian Corbett (Delbrück 1990, Corbett 1911, Corbett 1919).

O objetivo desse ensaio é propor que o debate sobre Clausewitz e sobre as possibilidades de avanço teórico em defesa utilize também como pauta a análise crítica.

Ele está organizado da seguinte maneira. A primeira parte apresenta uma breve apreciação histórica da evolução do pensamento estratégico quanto aos limites epistemológicos dos Estudos Estratégicos, ou seja sobre o que é possível saber sobre a guerra e como, através das vertentes Neoclássicas, Iluministas e do movimento do Contra-Iluminismo que dá os contornos da proposta de Clausewitz para estudo da guerra. A segunda parte apresenta o método análise crítica. A terceira parte defende seu rigor epistemológico segundo às proposições de Lakatos e propõe um horizonte de evolução disciplinar dos Estudos Estratégicos, articulando-se com desenvolvimentos convergentes das Relações Internacionais e da Sociologia.

1. PROBLEMA: A CONDIÇÃO EPISTEMOLÓGICA DOS ESTUDOS ESTRATÉGICOS.

O objetivo desta primeira seção do ensaio é empreender uma investigação do pensamento estratégico ocidental moderno. É com essa breve apresentação histórica que é possível vislumbrar dois argumentos. Primeiro, a constatação de que as inconsistências epistemológicas dos Estudos Estratégicos não é uma condição contemporânea, mas muito mais uma continuidade com um passado que os estudiosos do presente parecem sempre querer esquecer apenas para poder repetí-las. Segundo, apresentar como a proposta de Clausewitz é uma superação às tentativas até então malogradas de enquadramento e produção de efeito prático no estudo da guerra.

Essa tarefa é encaminhada através de uma apreciação preliminar da evolução histórica do pensamento estratégico moderno em três fases: (i) a fase neoclássica de Montecuccoli; (ii) a fase iluminista francesa de Guibert, Lloyd, Bülow e Jomini; (iii) e o Contra-Iluminismo alemão de Clausewitz.

1.1. O PENSAMENTO ESTRATÉGICO NEOCLÁSSICO.

A evidência da imaturidade dos Estudos Estratégicos não deve ser tomada como automática ou óbvia. O debate sobre uma abordagem científica da guerra data do século 17, sendo inaugurado por Montecuccoli (1609-1680) na sua tentativa de abarcar enciclopedicamente todo o conhecimento de sua época que ele julgou necessário ou relacionado à guerra. Uma inspeção do pensamento estratégico ocidental é possível a partir de Montecuccoli, sendo esse o primeiro pensador moderno em Estudos Estratégicos. Foi o primeiro a ter uma concepção de ciência e a tentar enquadrar cientificamente a guerra, elaborando uma abordagem híbrida e original, influenciada pelo pensamento filosófico clássico, mas também por influências de correntes neoclássicas. Portanto, tal empreitada foi conduzida através das principais influências científicas de seu tempo, começando nos clássicos Aristóteles, Cícero e Sêneca, passando pelo seu contemporâneo Bacon, sendo explícito na sua reflexão as influências de Maquiavel e Lipsius.

É importante aqui apresentar, de antemão, uma discordância à classificação de Maquiavel (1469-1527) como o primeiro pensador moderno em Estudos Estratégicos. Maquiavel foi de fato um florentino que reflete uma concepção moderna da realidade política, rompendo categoricamente com as proposições medievais. Entretanto, Maquiavel nunca escreveu ou mesmo se propôs a escrever tratados teóricos sobre a guerra ou mesmo política. Maquiavel era extremamente influenciado por Aristóteles. Seguiu o pensamento deste de maneira a incorporar suas categorias do conhecimento. Entendia que o conhecimento político não era parte da *epistemo*, por isso não poderia ser submetido a qualquer tentativa de contemplação teórica. O conhecimento político visava a intervenção, por isso parte apenas da *práxis*, o conhecimento prático. Assim, toda vez que Maquiavel direcionou-se a esse campo foi determinado por uma agenda política. Tanto em *O Príncipe*, como no *Arte da Guerra*, Maquiavel tem uma plataforma de ação, que ao fim e ao cabo ele acabou empreendendo executivamente. Mais especificamente no *Arte da Guerra*, existe o adicional do tratamento da conduta da guerra, especialmente quanto à formatura e à composição das armas com um certo atributo de *techné*, mas reproduzindo as soluções técnicas dos clássicos, como soluções anacrônicas dentro do seu entendimento histórico, todavia contemporâneo. De qualquer maneira, o tratamento de Maquiavel no *Arte da Guerra* faz muito mais parte de uma compilação e uma proposta do que uma investigação propriamente dita. Isso porque sua referência à obra de Vegetius é, inclusive, uma má referência da experiência e prática bélica dos romanos. Vegetius viveu na virada do quarto para o quinto século cristão e se preocupava com a barbarização da força combatente romana e o franco declínio de seu desempenho, sugerindo a retomada à estrutura de milícias da Era Republicana, que era a mesma cobrança de Maquiavel para a sua Itália do século 15. Conseqüentemente, tanto um como outro, não aprofundaram as

condições de possibilidade sociais para tal força, sua viabilidade contemporânea e assunção de outras alternativas de organização combatente romanas.

A influência clássica em Montecucoli era destilada por um filtro peculiar a um contemporâneo de Hobbes, em que distinto de um aristotélico ortodoxo como Maquiavel, entendia que o conhecimento político – e da experiência social em geral – poderia ser teórico e prático. Assim, Montecucoli tenta aplicar à prática da guerra, corrompendo os limites epistemológicos de Aristóteles, uma metodologia de contemplação com a ambição de alcançar seus colegas físicos. Basicamente, Montecucoli empreendeu a tarefa de catalogação extensiva das práticas militares de seu tempo, para em seguida sistematizá-la em busca dos *universais* da guerra.

Entretanto, nessa empreitada, Montecucoli confluiu essa metodologia clássica a percepção de ciência do século 17. Assim, sua tentativa seja na descrição, como na abstração das práticas militares era mecanicista, o que ele confessou ao fim de sua vida como inviável. Ele desiste dessa perspectiva indutiva e re-enquadra a guerra como uma arte (Rothenberg, 1986: 63). Esse recurso de escape seria incorporado intrinsecamente ao pensamento estratégico.

Outro elemento original de Montecucoli era que, embora fosse marcadamente neoclássico, ele rompeu com a noção clássica de tempo e uso da História utilizada por Maquiavel. Montecucoli, diferente daquele, teve a experiência pessoal das derrotas no campo de batalha dos exércitos católicos do Império Sacro Alemão pelos principais discípulos do protestante Justus Lipsius (1547-1606) – os irmão de Orange, Mauricio de Nassau e Gustavo Adolfo – que oferecia uma abordagem dos clássicos distinta de Maquiavel. Lipsius tinha uma percepção mais rigorosa e menos enviesada a um resultado político específico. Lipsius realmente observou a evolução e as características mais eficazes das legiões romanas, que não era o elemento patriótico como postulava Maquiavel. No entanto, a organização, disciplina, planejamento e flexibilidade da divisão interna das unidades combatentes que, na verdade, foram consolidadas na Roma imperial, posteriormente ao período indicado como modelo histórico por Maquiavel.

Nota-se aí vários dos aspectos que conferem a Montecucoli a classificação de moderno. Primeiro, ele detinha uma percepção da História distinta de Maquiavel. Este, um classicista inveterado, assumia que fosse possível uma aplicação automática das práticas e noções da conduta da guerra a sua realidade renascentista. Tanto que sua concepção de tempo – derivado da concepção cíclica dos gregos – entendia que a História era um depositário de onde as experiências do passado podiam ser reproduzidas no presente. Na verdade, não existiria tal diferenciação – todo tempo histórico seria contemporâneo. Montecucoli tinha uma atitude muito mais crítica na

absorção do conhecimento clássico e no uso da História e postulou que as práticas militares passassem a refletir principalmente a sua própria época com auxílio do passado.

De outro lado, existe uma autonomia de inquérito no pensamento de Montecuccoli que é uma influência explícita de Maquiavel. Graças a este, há uma ruptura com a subordinação do mundo à ontologia divina da Idade Média. Montecuccoli executou o receituário normativo de Maquiavel da ética humana naturalista amparada na ambição pessoal e no sucesso da conquista política. Sua ciência bélica tem como finalidade prover a boa forma de condução da guerra a fim de alcançar a vitória (Gat 2001: 24). Ela seria capaz de oferecer os princípios e regras universais que explicariam o sucesso de todas as campanhas passadas e futuras. Ou seja, desde que a natureza humana é imutável, sua experiência é única. Assim, aquele modelo teórico que explicasse a realidade contemporânea de Montecuccoli do século 17, automaticamente explicaria todos os outros momentos históricos.

Importante ressaltar aqui que existe uma tensão não resolvida em Montecuccoli. Embora ele aceitasse uma posição crítica à incorporação das práticas passadas, principalmente em função do impacto dos armamentos de fogo, sem registro na Antigüidade e discordando de Maquiavel, ele não podia ignorar os resultados das replicações das práticas flamengas e suecas, inspiradas nos romanos e em Alexandre o Grande, respectivamente. Ele fora obrigado a considerar a História passada. Essa incompatibilidade na apreensão da História da Guerra para a produção teórica seria outra marca intrínseca do pensamento estratégico, mesmo depois da revisão do historicismo no século 19.

Entretanto, o que requer marcar posição é que o pensamento de Montecuccoli, sob diversas influências, é original na sua hibridação, legando uma herança que conformaria e dialogaria com uma nova fase do pensamento estratégico moderno. Essa nova fase discordaria de vários elementos de Montecuccoli, mas seria influenciado principalmente em três aspectos: (i) na abordagem indutiva e pseudo-matemática, (ii) na emulação ao comandante-intelectual; (iii) na confirmação de uma ciência das práticas para a vitória.

1.2. O ILUMINISMO NA GUERRA – A VERTENTE FRANCESA DE PENSAMENTO ESTRATÉGICO.

Os ingredientes principais que conformariam o Iluminismo estavam presentes em Montecuccoli (Gat 2001: 25-26). A proporção da mistura e mais alguns novos ingredientes configurariam a principal vertente do pensamento estratégico ocidental em termos da sua influência história externa, pois foi a mais numerosa e de mais longa vida entre as três aqui apresentadas e cuja influência persistiria até os dias atuais.

A aspiração reflexiva geral do Iluminismo militar a partir de meados do século 18 era basicamente formada pela possibilidade de concepção de regras universais de todos os aspectos da realidade e humanos. A guerra teria que ser subordinada a uma regra universal paralela compatível com as outras concepções racionalistas que os iluministas julgavam satisfatoriamente avançadas nos outros campos, principalmente na filosofia natural (Galileu e Newton) mas também no direito natural (Bodin e Grocius). Por outro lado, acreditavam que os princípios da guerra, por ser parte das práticas estatais, deveriam estar articulados com os princípios que regulavam os governos, considerados já existentes em Montesquieu.

A obsessão por modelos ideais vinha diretamente de uma noção míope da Física newtoniana, sem consideração da integralidade e do conteúdo teórico de seu método axiomático. Os Iluministas militares eram muito mais maravilhados e inclinados pela reprodução parcial dos teoremas matemáticos. A matemática, na percepção desses pensadores, era a representação da possibilidade de racionalização do universo e, conseqüentemente, da guerra. Passava a ser conhecimento científico e a candidato a teoria universal qualquer assunto que fosse submetido a formulações matemáticas.

Isso quer dizer que seja na derivação da Física, ou da matemática, os iluministas tinham uma compreensão limitada e deficiente. Esforçavam-se em replicar apenas frações das proposições teóricas da Física, sem consciência ou responsabilidade de suas conseqüências. Mais deficiente era a incapacidade de notar a estrutura epistemológica desse campo e tentavam salvar a proposta de elaboração conceitual indutiva cunhada por Montecuccoli. Por outro lado, eles perdiam de escopo que a matemática é uma linguagem para formulação de proposições conceituais e não o instrumento de inferência e teste das observações empíricas coletadas. Ao contrário disso, tomavam os teoremas desenvolvidos para investigação de outros fenômenos do universo como um pacote fechado de “cientificidade”.

Tal caráter indutivo teria outras conseqüências no pensamento iluminista. O principal deles era o tratamento controverso que seria dado à História. Se por um lado, as experiências e manuais não eram apropriadas ou relevantes – como aqueles compilados por Montecuccoli; a coleta e a sistematização das práticas contemporâneas eram mantidas. Assim, estabeleceu-se um novo marco que a partir de quando a História seria útil, ou seja a partir de quando ela seria homogênea à prática militar contemporânea dos iluministas. Esse marco não era consensual, mas a experiência clássica tornou-se sem grande valor e alguns pensadores considerariam a História da Guerra apenas a partir da Guerra dos Trinta Anos, como Lloyd. Outros apenas levariam em conta apenas a História a partir do comandante iluminista mais renomado: Frederico, o Grande; como Guibert e Bülow.

Esse ponto possui dois desdobramentos importantes. O primeiro de história interna dos contornos filosóficos do Iluminismo militar francês. Reproduzindo o receituário da filosofia política de Hobbes: deveria ser possível sintetizar toda a experiência humana num único modelo ideal, absoluto e universal para colonização da realidade a esse entendimento. Entretanto, para a harmonização entre elas - experiência humana e realidade - recortes em as ambas as partes teriam de ser feitos.

Um segundo elemento muito importante é referente ao contexto social que marca o ambiente da história externa do Iluminismo. O caráter de auto-emulação intelectual e o aspecto desse conhecimento ser um *frisson* das altas rodas foram cunhados inicialmente por Montecuccoli, mas incrementados na corte de Frederico e especialmente reificado nos salões franceses. O pensamento iluminista tornou-se uma reflexão da própria condição aristocrática onde esse debate era desenvolvido. Por isso, as propostas dos iluministas militares eram voltadas para um público de salão, restrito aos nobres. Mesmo aqueles que vinham de estratos intermediários de suas sociedades, utilizaram de propostas de teorias da guerra mais radicais e controversas para salvaguardarem suas posições como autoridades. Essas características marcaram adequadamente as trajetórias de Lloyd, Bülow e Jomini. Essa ambientação do iluminismo militar francês seria o principal responsável pela sua longevidade mesmo no pós Guerras Napoleônicas.

Esses dois elementos apresentados inculcariam profundamente no pensamento estratégico contemporâneo e viriam a ser ainda as principais vicissitudes da historiografia militar a ser combatido pelo Contra-Iluminismo alemão.

O último componente para um completo enquadramento é o resíduo neoclássico por busca de regras e princípios nas artes. Esse aspecto também é resultante da aspiração por categorias universais do Iluminismo. Mas no caso específico de sua vertente militar, vinha numa tentativa de salvar os inúmeros insucessos dessa abordagem indutiva da guerra, reformulando a solução de escape de Montecuccoli.

Esse deixou inalterado o conteúdo dos termos “tática” e “estratégia” da herança clássica. Desses a tática passou a ter um compartilhamento de entendimento mais geral em decorrência da tradução para o francês e alemão do *Taktica* de Leo VI (865-912). Essa obra fazia parte da tradição bizantina de compilação, reflexão e registro de suas experiências e saberes militares, seja da organização combatente, fortificações, abastecimento, a importância da geografia, inteligência, diplomacia e mesmo do uso da religião cristã.

Conseqüentemente, os esforços de elaboração de uma ciência da guerra eram apoiados na derivação do entendimento de tática dos bizantinos. Originalmente, tática era referido à organização e composição das forças

combatentes. No esforço iluminista, esse conceito foi expandido ao termo “arte da guerra” e passando a incluir a própria conduta das batalhas.

Entretanto, o processo de quantificação das práticas militares sem um juízo crítico que as organizasse e as tentativas de uma teoria absoluta da guerra foram inconclusivas. Conseqüentemente, haveria de se ter uma solução para esse problema.

Marechal de Saxe (1696-1750) daria os rumos da reflexão estratégica do próximo século pela imposição de um desafio, expressando claramente sua orientação a partir de Montaigne (1533-1592). Na sua descrição e tentativa de reflexão cética-pirrônica da guerra, Saxe reconheceu vários dos elementos subjetivos da guerra. Ele questionaria a possibilidade de uma ciência da guerra em decorrência da idiossincrasia da guerra e a importância dos elementos morais (psicológicos). Uma ciência da guerra seria uma ciência do coração. De outro lado, Saxe adicionaria um novo e esperançoso objeto de reflexão já que ele apontaria a centralidade do comandante e do gênio na guerra.

Apesar disso, tal contribuição do Marechal de Saxe seria pervertida na tradução do gênio como um dos elementos que conformariam os aspectos não objetivos ou racionais da guerra. A partir de então, os iluministas adotariam esse entendimento da seguinte maneira: todos os elementos que escapassem completamente da capacidade de esquematização racional e matemática seriam alocados a categoria de serem solucionados, apenas na prática, pelo gênio comandante da guerra.

Até Guibert (1743-1790), houve a tentativa de sistematização matemática da guerra, principalmente em cima da definição expandida de tática. Esse pensador teria uma trajetória inicial muito similar a de Montecucoli. Ele se dedicaria a uma empreitada intensiva de compilação das organizações militares do seu tempo, para uma posterior tentativa de abstração de princípios inspirados em Montesquieu. A ambição de Guibert era um tratado matemático da tática.

Guibert concluiu que não seria possível abstrair verdades absolutas da tática, justificando os insucessos pela natureza do objeto e não da metodologia. O restante da solução seria encaminhado por Lloyd e Bülow.

Lloyd (1718-1783) foi um ex-clérigo inglês que se formou nas instituições militares francesas como engenheiro e, conseqüentemente, nos ensinamentos bastante desenvolvidos quanto a fortificações e guerra de sítio de Vauban (1633-1707). Esse teve como legado não apenas os elementos técnicos desse campo, mas um compêndio consistente de conduta da guerra de sítio. Essa influência fez com que Lloyd marcasse a mudança de inclinação do Iluminismo na investigação da organização militar para a conduta de operações. A tentativa de concepção aritmética da *perfeita organização*

militar deu lugar à reflexão geométrica da conduta da guerra. Ademais dessa deslocação de eixo, Lloyd persistiu num modelo absoluto, ideal e universal que garantisse a vitória em todas as guerras. E essa seria outra contribuição de Lloyd para a história interna do Iluminismo militar. A recuperação definitiva do campo na perseguição, agora, da *estratégia perfeita*.

Bülow (1757-1807) cunharia o entendimento final de uma teoria iluminista da guerra. Ele remeteria tática ao conjunto de atividades referentes à organização militar e de todos os elementos escapáveis de esquematização matemática. Essas seriam enquadradas como “arte da guerra”. Não satisfeitos, os iluministas militares transgrediriam ainda o pensamento filosófico aristotélico, recorrendo a *Poética* de Aristóteles como o esquema de regras e princípios para a construção e crítica da criação artística. O fato da *poiésis* ser de um conteúdo normativo distinto da teorização universal da *epistemo* não foi considerada, ou simplesmente relegada, assim como aconteceu com tudo que era referente à tática. O foco dos iluministas seria, graças à definição definitiva de Bülow, a estratégia ou a conduta das operações. Essa seria sim passível de ser uma ciência matemática. Tal virada de rumos no pensamento iluminista seria latente em Bülow desde que a promessa do segredo da estratégia geométrica perfeita era tão promissora que suprimiria a tática e mesmo a necessidade da batalha, de maneira que a demanda pelo gênio na guerra seria minimizada, e nada mais restaria da arte da guerra, somente uma ciência que sempre produzira vitórias.

A supressão final da tática na guerra seria encaminha por Jomini (1779-1869), e este não seria o seu último contra-senso. Esse foi sistematizador de todo o Iluminismo francês no pós Guerras Napoleônicas e responsável por esse legado estar presente nos dias atuais. Dos que partilharam as concepções iluministas, Jomini foi o que teve mais sucesso de todos. Porém, foi o mais caricato dentre eles, retendo seus principais erros e falhas sem apresentar qualquer uma de suas virtudes. Jomini não possuía a ambição intelectual enciclopédica de Guibert, nem dominava uma prática especializada da guerra como Lloyd e também não tinha contato com as ciências exatas como Bülow. Porém, sua qualidade encontrava-se na sua capacidade retórica, sintetizando passagens e pedaços das obras e reflexões dos outros genuínos pensadores iluministas. Num período em que Jomini não teve debatedores vivos por muito tempo e no clima conservador e pouco brilhante da restauração aristocrática pós-Revolução Francesa, ele não encontrou dificuldade para encontrar platéia. Principalmente devido à retomada daqueles palcos e salões já acostumados e saudosos das defesas acaloradas de tratados da guerra (Shy 1986).

Assim, utilizando as categorias de Aristóteles é possível fazer uma imagem que simboliza a empreitada de Jomini. Ele não almejou a produção de conhecimento realmente teórico de *epistemo*, nem mesmo político em termos

de *práxis*, mas seu objetivo foi a produção de uma *poiésis* da guerra no seu sentido artístico aristotélico genuíno. Jomini utilizava a obra de seus precedentes e contemporâneos de maneira a produzir uma narrativa que gerasse deleite e uma retórica que o fizesse a mais elevada autoridade. O “compromisso epistemológico” na obra de Jomini era simplesmente a auto-emulação, restando nada mais de iluminista, militar ou científico.

1.3. O CONTRA-ILUMINISMO DA GUERRA – FUNDAÇÕES DO COMPROMISSO EPISTEMOLÓGICO DE CLAUSEWITZ.

Paralelo ao Iluminismo francês e influenciado inicialmente por esse, teve início nos estados alemães o movimento alternativo e de aversão, o Contra-Iluminismo.

O Contra-Iluminismo teve raiz, num primeiro estágio, numa assimilação particular, ainda que parcial, das idéias do Iluminismo francês que produziria uma vertente alemã. O Iluminismo alemão ou, como classificaria por Gat, *Aufklärers* militar teve sua principal ênfase na idéia iluminista da capacidade transformadora no homem e na sociedade pela educação. Desde que a condição geral e militar dos estados alemães era inferior à francesa, austríaca e britânica, os primeiros buscavam vantagem através do incremento na formação dos seus quadros. Diferente do caso francês e das instituições educacionais de outros países que reproduziam a formula iluminista original, os alemães buscavam uma formação mais humanística de seus oficiais. Mais influenciados pelo ceticismo do Marechal de Saxe, que seduzidos pelas formulas mirabolantes do Iluminismo militar francês, especialmente por serem enaltecidas por Frederico, o Grande. O ceticismo alemão é explicável pela série de desventuras que os países da região sofreram somados ainda ao medo e aversão ao líder conquistador prussiano e às outras grandes potências do continente e ainda foi associado aos movimentos políticos liberais que percorriam a Europa. De qualquer maneira, a fragmentação política dos estados alemães na época favoreceu para que não houvesse o compartilhamento dos modelos teóricos ideais formulados por Guibert, Lloyd e Bülow, entre outros, apesar de serem considerados.

A ênfase era de uma formação básica consideravelmente horizontal, além das ciências militares. Peculiar do Iluminismo militar alemão foi a ênfase na educação dos oficiais pela experiência. Essa ênfase não se dava apenas devido a novas perspectivas filosóficas mais humanísticas como Kant. Porém, era fortemente arraigada na formação protestante luterana e calvinista dessas sociedades, que exaltavam a importância da experiência humana. Um outro resultado desse processo foi o estabelecimento de um número expressivo de revistas especializadas que superava em muito o debate existente em outros países, incluindo a França.

Foi desse berço que houve a gestação e nascimento do movimento Contra-Iluminismo que reagia ao Iluminismo militar, sendo Clausewitz o principal expoente no campo dos estudos bélicos. Esse pensamento expressou o ambiente mais diverso e heterogêneo que caracterizava o ambiente no qual foi concebido e resumia várias tendências intelectuais que eram a parte da supremacia iluminista, segundo Gat (2001: 142), essas eram: irracionalismo, historicismo, filosofia crítica, serventismo religioso, nacionalismo e reacionarismo.

A filosofia crítica de Kant dava ao movimento alemão elementos para a reação os fundamentos do Iluminismo relacionadas às concepções de conhecimento, homem, artes e história. Kant dava condições para a ruptura com o ceticismo epistemológico das ciências e do idealismo de Hegel.

O Contra-Iluminismo discordava da noção cartesiana e idealista do conhecimento. Acreditavam que a investigação intelectual tinha que aceitar a diversidade e complexidade da realidade, especialmente no que tange à experiência humana e social. Nesse sentido, o Contra-Iluminismo baseava-se nas abordagens sobre a psicologia humana, dando assim bases para um enquadramento conceitual aos aspectos subjetivos da guerra, como o gênio do comandante. Entretanto, o conteúdo teológico e filosófico da época, influenciados pelas tendências do espiritualismo e romantismo, provia um entendimento da experiência humana distinta da noção mecanicista. Rompia-se com o viés atomístico da realidade, e associava-se a uma percepção de processo ou de fluxo da imaginação criativa.

Essa ruptura fundamental não era apenas intelectual e ao Iluminismo, mas era ainda uma ruptura ainda cultural e com os neo-clássicos. A referência artística passava a ser dos povos bárbaros - hebreus, celtas e germânicos – e a Idade Média, mas sem reverência e alternativo aos dogmas da Igreja Católica.

Esses elementos marcariam essencialmente a formação da nova forma de ver o passado do historicismo. Esse rompia com abordagem etnocêntrica do Iluminismo, inserindo uma perspectiva crítica do que dogmática da História. Essa nova filosofia da história era fundamentada em Herder, que fundamentaria a nova História da Guerra de Delbrück (1990).

Esse movimento alemão seria sofisticado no pensamento estratégico de Clausewitz (1780-1831). Ele seria o principal expoente na crítica ao senso comum militar e teria proposições conceituais e normativas originais.

O primeiro elemento normativo crucial no seu pensamento é que ele tinha como finalidade uma teoria ou ciência voltada para as atividades sociais. Sua ambição principal era de uma teoria formativa que aperfeiçoasse a capacidade de juízo do oficial e estrategista pela análise crítica da guerra (Clausewitz 1984).

O segundo elemento normativo inovador de Clausewitz é que seu enquadramento conceitual é axiomático através da formulação de uma hipótese explicativa completamente abstrata da essência do fenômeno da guerra, encaminhando a verificação das conseqüências lógicas dessa formulação original, e finalmente criticando cada conseqüência da hipótese original na realidade histórica.

Entretanto, Clausewitz não acreditava que a História da Guerra fosse simplesmente um depósito de experiências como Maquiavel ou perseguia a unificação de todas as experiências. Ele entendia que a História era um laboratório, onde as experiências seriam criticadas, aplicando e considerando as categorias conceituais da Teoria da Guerra. E, assim, seguia-se um processo contínuo de aperfeiçoamento, seja do analista, seja da própria teoria.

Clausewitz não ofereceu uma teoria definitiva, pela sua morte precoce, mas talvez nem a pretendesse desde que o produto que legou era uma sucessão de aperfeiçoamentos e avanços. Esse processo contínuo de formulação reflexiva, exercício empírico crítico e contestação conceitual, conferia finalmente o método científico aos Estudos Estratégicos.

2. O MÉTODO DE CLAUSEWITZ PARA O ESTUDO DA GUERRA: A ANÁLISE CRÍTICA

Esta é uma discussão que faz parte de uma interpretação particular do entendimento epistemológico de Clausewitz para a Teoria da Guerra, cujo primeiro esforço de apresentação é Proença Jr & Duarte (2007). A articulação desse compromisso epistemológico como expressão da vida de Clausewitz é presente em Paret (1968) e mais amplamente em Paret (1976, 2007). Uma contribuição importante nessa interpretação epistemológica da Teoria da Guerra é Sumida (2001).

O método de condução de estudos de caso é o produto por excelência da Teoria da Guerra segundo o próprio Clausewitz. De fato, a análise crítica (*Kritik*) é a finalidade da Teoria da Guerra. É ela que torna a Teoria da Guerra funcional por três maneiras.

A contribuição de uma Teoria da Guerra, no entendimento de Clausewitz, deve ser a capacidade de produção de crítica racional, firme, sólida e conseqüente da realidade [II-4: 154]. Para tal, a meta de Clausewitz era uma teoria de natureza e propósito inescapavelmente pedagógicos. A “Teoria deve ser estudo e não doutrina” [II-2: 141]. Ela devia tratar de educar, formar a capacidade de entender, e só a partir do entendimento adequadamente e criticamente construído considerar, discutir e eventualmente propor formas da ação [II-2: 147]. A finalidade de Teoria da Guerra, portanto, é educar o juízo daqueles que considerassem a guerra [II-2: 154].

Clausewitz apresenta, desta forma, sua posição de oposição a enquadramentos rotineiros, doutrinários ou simplesmente pedantes [I-1, 75]. Essa postura de Clausewitz é duramente crítica do oportunismo e da superficialidade, e desafia a pretensa autoridade da experiência simplória ou despida de reflexão [II-2: 145]. Isso porque essas atitudes tentam ter sobre a guerra um poder preditivo igual ao possível no estudo de objetos inanimados, passivos ou indiferentes à observação e ação humanas. No entanto, a guerra lida com uma força viva, o humano, que reage e se adapta às circunstâncias [II-3: 149]. Assim, a reprodução de doutrinas, princípios e regras mecânicas na abordagem da guerra produz uma percepção aparente, ilusória, do fenômeno, cuja orientação das formas de ação leva à ruína [II-4: 155].

Essa proposta pedagógica expressa uma profunda crença no poder da educação, seja na sua capacidade de conformar e evoluir o indivíduo seja, Conseqüentemente, alterando a realidade por meio de sua ação. Assim, Clausewitz crê que o saber é capaz de prover aperfeiçoar o agir, mas que tal aperfeiçoamento passa pela transformação intelectual do indivíduo [II-2: 147].

Essa atitude inicial de Clausewitz orienta sua proposta epistemológica, que é de uma teoria de alcance universal e generalista do conhecimento [I-1: 75-89]. Uma teoria formada por um conjunto de axiomas, produzido pela pura lógica abstrata que, confrontado e corrigido pela realidade, produz categorias analíticas. As categorias analíticas não possuem a finalidade de serem preditivas, mas de informar sobre o conjunto de problemas e, portanto, as várias considerações e decisões postas para os tomadores de decisão pela dinâmica da guerra.

A análise crítica é a finalidade da teoria da guerra. A teoria da guerra é funcional para a análise crítica de duas maneiras.

Primeiro, é a análise crítica que articula o arcabouço teórico no cumprimento de sua função pedagógica na formação do intelecto, capacitando-o a pensar sobre a guerra.

Segundo, a análise crítica é o método analítico pelo qual a Teoria da Guerra produz verdade. A investigação da guerra é avançada através da articulação das categorias analíticas que orientam o juízo, agora educado, no estabelecimento das relações de causa e efeito e, assim, considerar os aspectos necessários para a compreensão de um determinado enfrentamento, campanha e guerra. Desde a opção de combate num enfrentamento até a exploração dos efeitos políticos de uma vitória de uma campanha, a análise crítica de estudos históricos dá as condições para interpretar fatos equivocados, traçar suas causas até suas últimas conseqüências e avaliar os meios empregados. Dessa maneira, tem-se a descoberta de fatos e a revelação de novos entendimentos sobre a guerra na realidade.

Terceiro, Clausewitz entende que uma última utilidade da análise crítica é seu potencial de desenvolvimento e teste de conceitos. A Teoria da Guerra ela mesma é produto de um processo contínuo de condução estudos históricos por Clausewitz que visavam a formulação e confrontação de expectativas teóricas junto à realidade, e seu conseqüente refinamento.

Portanto, a Teoria da Guerra de Clausewitz envolve a correspondência entre um conjunto de axiomas que conforma a definição do fenômeno do uso político da força, seus fundamentos e leis; e as dimensões analíticas (política, tática, estratégia e logística) que conformam as considerações necessárias para análise crítica e julgamento individual da conduta da guerra.

Do ponto de vista da Teoria da Guerra, existem três conjuntos de elementos empíricos necessários e suficientes para a análise crítica de um caso histórico:

- (i) o contexto político, a característica do líder e das instituições políticas;
- (ii) o caráter da população e das instituições sociais, seu engajamento às ações da liderança política, sua condições econômicas e técnicas de apoiar a guerra;
- (iii) o caráter do comandante; a natureza e possibilidades dos armamentos, seu impacto nas armas combatentes, sua evolução em termos de organização e disposição da força combatente como um todo e a tendência de variação por novas mudanças.

É a partir dessas que se entende que há a reconstrução dos fatos e eventos históricos que conformam a primeira fase da análise crítica, e sobre os quais se aplicam as duas outras fases em que há efetivamente a aplicação das categorias analíticas: tática, estratégia, política e logística.

- Logística: as considerações e decisões relativas à preparação para que as forças combatentes estejam dadas como prontas para seu uso combatente. Ao início da guerra e em cada enfrentamento cabe a liderança política e aos comandantes avaliar se as forças estão adequadas ao enfrentamento, à campanha e à guerra. E, assim, decidir pela articulação de todas as atividades correspondentes ao movimento, posicionamento e manutenção das forças combatentes, e ainda à criação de novas e/ou à re-organização das existentes;
- Política: as considerações e decisões relativas ao uso da guerra para os propósitos políticos. Isto é, que guerras travar ou não, e como usar da guerra para viabilizar o alcance de um — ou mais de um — determinado objetivo político. Após cada enfrentamento, as lideranças políticas re-avaliam os objetivos à luz de sua importância, à luz dos sacrifícios já feitos, à luz dos sacrifícios que os comandantes julgam que ainda venham a ser necessários ou plausíveis e decidem se ainda vale a pena

perseguir aqueles objetivos políticos ou se é melhor modificá-los ou ainda, simplesmente, abandoná-los;

- **Tática:** as considerações e decisões relativas ao emprego do meio “forças” — físicas e morais — para os propósitos do enfrentamento. Aos comandantes das forças combatentes cabe — em cada porção de combate que compõe o enfrentamento, à luz da taxa de perda das forças relativas e também da sua coesão — decidir o uso sucessivo ou simultâneo de suas forças através das formas de combate cerrado e de combate à distância e decidir ainda o *timing* de conversão de um ato destrutivo para um ato decisivo necessário para o alcance da vitória no campo de batalha;
- **Estratégia:** as considerações e decisões relativas ao emprego dos enfrentamentos para a produção dos propósitos específicos de uma determinada guerra. Aos comandantes das forças combatentes cabe — em cada momento, à luz da apreciação dos enfrentamentos já travados; diante da avaliação das capacidades relativas das forças no teatro de operações — decidir quais enfrentamentos pretende travar e com que quantidade de força em cada um deles, de modo a produzir um encadeamento de resultados de enfrentamentos que viabilize o sucesso na guerra e com isso, espera-se, o alcance do objetivo político.

Qualquer manifestação do fenômeno bélico pode se apreendida por essas dimensões, não importando sua data, escopo ou partes envolvidos. É nesse sentido que existe o atributo de transitoriedade do conceito de logística. Não por uma propriedade nele mesmo, mas por ser um termo inerente à Teoria da Guerra.

É importante distinguir a análise crítica da narrativa histórica simples, limitada ao arranjo dos fatos e, no máximo, ao estabelecimento de relações de causalidade imediatas. O exercício da análise crítica consta de uma investigação de três passos: (i) descoberta e interpretação dos fatos equivocados; (ii) traçar os efeitos até suas causas últimas; (iii) investigação e avaliação dos meios empregados. A distinção entre as duas atividades — a narrativa e a crítica da guerra - são encaminhadas por Delbrück e reproduzidas em Paret (1966).

A exemplificação da execução da análise crítica é presente no próprio *Da Guerra*, em seu capítulo correspondente, II-5. Ele é presente ainda nos estudos históricos de Clausewitz, destacando-se a *Campanha de 1814* (1993) e a *Campanha de 1815* (1992). Esses são estudos exemplares na operação dos estágios desse método em geral e podem ser complementadas pela coletânea de seus estudos históricos em Clausewitz (1992). A *Campanha de 1812 na Rússia* (1995) é o que apresenta mais destacadamente considerações logísticas articuladas às estratégicas, táticas e políticas.

3. DESDOBRAMENTOS DA ANÁLISE CRÍTICA NOS ESTUDOS ESTRATÉGICOS.

Além dos escritos de Clausewitz, deve-se registrar que o exercício da análise crítica é raro na literatura, mesmo entre aqueles que dizem aderir à Teoria da Guerra. De fato, por mais que Clausewitz aponte sua importância, ou tomando uma perspectiva epistemológica mais rigorosa amparada em Lakatos.

3.1. RIGOR EPISTEMOLÓGICO.

Adere-se aqui à aplicação dos critérios de demarcação de cientificidade de Lakatos (Lakatos 1970, Lakatos 1978, Lakatos 1999).

De acordo com Lakatos, o foco de preocupação e orientação da ação dos cientistas, o progresso da ciência, é contido nos programas de pesquisa científica. Esses são atividades coletivas de inquérito que buscam o estabelecimento de uma dada teoria como arcabouço para explicação de uma série de eventos. Ainda que a ciência ela mesma possa ser descrita como um programa de pesquisa científica, existem tantos programas quanto existam teorias. Cada programa de pesquisa científica é uma empreitada histórica concreta. Versões concorrentes da teoria competem entre si integrando resultados explicativos e preditivos com problemas empíricos, portanto constantemente desafiando sua falseabilidade.

O critério normativo de Lakatos torna possível comparar diferentes teorias em termos de suas capacidades de apresentar conteúdos empíricos excedentes. Esses incluem a explicação de fatos, mas também a incorporação de novos fatos descobertos. Programas de pesquisa científica competem em termos de suas capacidades de exceder as outras em conteúdo empírico sobre um fenômeno ou uma série deles. O contraste entre a capacidade de programas rivais em explicar e descobrir novos fatos constitui o mecanismo na comparação e comprovação do valor relativo entre eles.

A discussão original da aplicação desse enquadramento epistemológico à Teoria da Guerra de Clausewitz é feita em Diniz (2002: 130-142). Um desdobramento com conseqüências bastante similares ao aqui proposto é empreendido em Campos (2005: 5-8).

Esses dois apontam como a estrutura interna da Teoria da Guerra é compatível com os requisitos de um programa de pesquisa científico. Aqui, pretende-se apontar um aspecto além, que é o rigor epistemológico da Teoria da Guerra de Clausewitz através basicamente da análise crítica.

Por um lado, é através desse método de estudo da teoria na história que há o progresso da Teoria da Guerra, nos termos de Clausewitz. Traduzindo isso para os termos de Lakatos, é através da análise crítica que a Teoria da Guerra

pode ser comprovada como um programa de pesquisa científico progressivo, portanto produzindo excedente empírico.

Por outro lado, o rigor da Teoria da Guerra encontra-se no seu voluntarismo à falsificação pela análise crítica. Se as decisões dos comandantes e as ações das forças combatentes não produzem os efeitos esperados pela teoria. Se existem desenvolvimentos na interação entre as partes da guerra que ela não é capaz de explicar, ela deve ser revisada. Nesse sentido, Clausewitz prevê que a Teoria da Guerra não é, e nem poderia ser, um resultado final, mas um processo contínuo de descoberta de novos aspectos da realidade e novas capacidades explicativas da teoria, o que a converge como os termos científicos de Lakatos para uma teoria (Lakatos 1986; Lakatos 1992).

3.2. POTENCIAL INTERDISCIPLINAR HORIZONTAL.

Nas Relações Internacionais, após quarenta anos do debate em torno da teoria das relações internacionais ser dominado pelos neo-realistas e seus críticos, os últimos quinze anos vêm presenciando a necessidade de dar conta do comportamento dos estados, indo além da análise convencional de apreciação sistêmica dos resultados de seus atos. A retomada de esforços conceituais em torno da política externa dos países desdobra-se na convenção da abordagem dos *realistas neoclássicos* que buscam se colocar entre sistêmicos e construtivistas (Rose 1998). Eles buscam se beneficiar de ambos e ainda recorrer a renovação teórica e metodológica principalmente a partir da sociologia (ver por exemplo, Wohlforth 1993, Brown et al 1995, Christensen 1996, Zakaria 1998). Essa abordagem, portanto, dá ênfase ao desenvolvimento de teorias de política externa progredindo além, mas contando com as proposições desenvolvidas por Aron e Hoffman (Nakamoto 2001).

A Sociologia, por sua vez, também veio acessando os limites de abordagens hermeticamente positivistas e ainda as amplamente relativistas. Como conseqüência, um forte debate epistemológico vem apontando para os benefícios de se melhor (re-)enquadrar história e teoria sociológica (Kiser & Hetcher 1998). Um encaminhamento importante vem sendo o re-aceso da *sociologia histórica* de volta as suas origens na Escola Alemã de Weber, Hintze e Openheimer. Principalmente tendo em vistas as contribuições marcantes de seus principais expoentes contemporâneos: Moore, Tilly, Skocpol e Mann.

Interessante notar que ambos os movimentos disciplinares têm levando a um mútuo reconhecimento entre o realismo neoclássico e a sociologia histórica. Um primeiro agente nessa aproximação, foi a identificação convergente quanto à necessidade de 'trazer o estado de volta'. O texto de Evans, Rueschemeyer e Skocpol (1985) teve um efeito geral de revisão epistemológica, teórica e metodológica nas Relações Internacionais e na

Sociologia (Hall 1994). Essa revisão não invalida as abordagens anteriores, mas buscar oxigenar o debate com proposições de abordagens atuais com outras que a muito não são acessadas, mesclando proposições de sistêmicos e construtivistas, de positivistas e relativistas e de níveis de análise micro e macro, dando base para uma *sociologia histórica internacional* (Hodben 1998, Hobden 1999, Hobden 2001, Hobden & Hobson 2002, Lawson 2003, Rosenberg 2006, Lawson 2007, Mabee 2007).

Por outro lado, essa junção leva em conta as prescrições do neo-realismo das Relações Internacionais que se beneficia de uma análise macro-histórica de grandes temas de mudança e continuidade no sistema internacional (por exemplo, Rosenberg 1994, Reus-Smit 1999, Ikenberry 2001, Hobson 2004). Por outro lado, é interessante notar como essa abordagem é convergente com temas de análises micro-históricas de longo prazo das forças sociais e institucionais a partir de dentro dos estados que influenciaram a natureza dos estados e civilizações, a formação da ordem internacional e o advento da modernidade (Moore 1966, Tilly 1975, Skocpol 1979, Mann 1986, Mann 1993). Além disso, a sociologia histórica internacional propõe que uma arquitetura analítica a ser aplicada a fenômenos de manifestação micro com conseqüências no 'terceiro' nível de análise das relações internacionais. Dar conta de avançar estudos conceituais sobre a política externa e de suas origens sociais e institucionais é observada como um complemento fundamental para a compreensão das estruturas e mudanças do sistema internacional ao longo do tempo (Rose 1998, Mabee 2007).

No entanto, além das falhas originais e incompatibilidades que demandam ainda algum esforço de revisão, existe um ponto cego comum nas bases das Relações Internacionais e da Sociologia que conformam a sociologia histórica internacional. Todas elas, invariavelmente, têm a guerra como uma força histórica *meso* que modifica tanto as estruturas do estado, bem como do sistema internacional. Ainda assim, o tratamento usual de ambas as disciplinas é bastante insuficiente desde que tomam a guerra como uma caixa preta, considerando simplesmente seus resultados como informações dadas, desconsiderando quaisquer aspectos de seus processos e seus agentes. Adicionalmente, as Relações Internacionais e a Sociologia aplicam direções de causalidade à guerra que são simplesmente opostas. Enquanto que as Relações Internacionais dão bases sistêmicas para a guerra, as teorias sociais são bem mais ambíguas com relação as suas fontes sociais, mas identificam um padrão transacional a partir de dentro dos estados, com eventual interação com o sistema de estados.

Nesse sentido, a contribuição da Teoria da Guerra de Clausewitz é notada (Gilbert 1980, Kaspersen 2003). Em parte porque as propostas originais do realismo neoclássico (Morgenthau 1948: 679; Aron 1986: 69-127; Hoffman 1978: 109) e da sociologia histórica (Weber 1991: 23-25; Weber 1978: 910-

912; Hintze 1975: 180-215; Foucault 2003: 15-16, 47-48, 165, 282) baseiam seus entendimentos de guerra e de uso da força em Clausewitz. Em parte porque em várias questões temáticas emergentes, Clausewitz também pode ter o que contribuir, como: guerras limitadas, guerrilha, revolução, levantes e reformas militares.

De maneira mais ampla, a contribuição de Clausewitz como sendo de uma perspectiva particular com desdobramentos metodológicos para as ciências sociais vem se tornando consensual na literatura (Millet 1945, Collins 1955, Roxborough 1994, Reid 2003, Kaspersen 2003, Klinger 2006, Herberg-Rothe 2007). Peculiar de sua análise crítica de estudos históricos é seu recorte da realidade da guerra em que ressalta a importância das características das instituições de uma sociedade como a fonte da vontade que move a guerra. Seja na sua extrapolação aos extremos, seja na sua moderação. De outro lado, a quantidade e a qualidade dos recursos disponíveis para mobilização são socialmente produzidos, restando à liderança sua alocação e ao comando militar seu emprego. Mesmo a tão aclamada tecnologia é uma questão societal e não bélica. Portanto, qualquer mudança ou transformação na guerra é consequência de uma transformação anterior na sociedade e suas instituições (Proença Jr 2007).

Através da perspectiva metodológica da análise crítica, é possível integrar tanto o aspecto sistêmico das Relações Internacionais de como a estrutura de poder limita as decisões políticas de cada agente, bem como as opções de curso de comportamento em um dado contexto institucional da Sociologia.

Por um lado, indo além da proposição neo-realista, a ingerência da perspectiva do sistema internacional na ação racional do Estado não existe apenas ao se decidir ir ou não a uma guerra, essa ingerência política ocorre durante todo o seu processo. A liderança política é necessariamente chamada a tomar decisões sobre o curso a seguir de uma guerra e se é hora ou possível encerrá-la ou continuá-la (Diniz 2002). Mais que isso, as condições do sistema internacional condicionam mesmo as decisões políticas de ir a guerra por um estado antes mesmo do momento em que elas tenham que ser tomadas. A atividade de preparação da guerra é contínua, bem como a transformação das instituições. Ambas podem ainda obedecer a mudanças mais críticas ao passo que existam mudanças no cenário internacional e na medida que essas afetam e sejam percebidas pelos estados.

Por outro lado, estados não são esferas metálicas perfeitas. Existem formas particulares de reflexo do cenário internacional nas instituições políticas e sociais. Esse efeito de interiorização, por sua vez, somada as características domésticas históricas conformam as palhetas de instrumentos estatais para a consecução de objetivos políticos, destacando-se aqui os militares. Por fim, essas condições de possibilidades de uso da força internacionalmente

influenciam mesmo os objetivos e a ambição por cada um deles por um estado.

Ou seja, as capacidades diferenciadas dos agentes apontadas por Waltz são variáveis domésticas que interagem com variáveis internacionais no processo de tomada de decisão de cada agente. Além disso, a avaliação dessas capacidades é triplamente interativa e relativa. Inferindo, primeiro, sobre os objetivos e as intenções de um agente e seu(s) adversário(s). Em segundo lugar, comparando as respectivas capacidades combatentes. E em último lugar, mensurando essa relação de fins e meios ao longo do tempo a cada mudança de variáveis ou introdução de novas que possam alterar a relação de forças.

Como consequência dessa perspectiva teórica, existem desdobramentos em recortes de estudo propriamente históricos da guerra e dos regimes políticos combinadamente. Por um lado, existe em Delbrück (1990) a formulação de um método particular de crítica dos fatos históricos embasada em dados empíricos consistentes e na Teoria da Guerra de Clausewitz para o questionamento das fontes secundárias, principalmente das clássicas (*Sachkritik*). Existe no estudo da arte da guerra como uma perspectiva da histórica política a evidência de como instituições políticas e militares são intimamente vinculadas e mutuamente influenciadas pelas condições de possibilidade de combate das organizações militares e pelas relações de poder internas e externas das instituições políticas. Um desdobramento contemporâneo dessa perspectiva encontra-se em Quigley (1985). Este propõe o estudo da evolução das civilizações através da investigação do relacionamento mútuo entre organizações combatentes e a trajetória de (ins)estabilidade política de cada uma delas. Esse arranjo é ainda amplamente condicionado pelos sistemas ecológicos, econômicos e sociais que estão inseridos.

Por outro lado, uma perspectiva paralela é a de estudo comparado da história de Hintze (1975). Este propõe uma abordagem que delinea as continuidades e rupturas do desenvolvimento das instituições administrativas das sociedades políticas européias mediante as suas características societárias internas, mas principalmente influenciadas pelas demandas inescapáveis de lidar com ameaças externas e, conseqüentemente, de se preparar para a guerra. Dois desdobramentos explícitos dessa metodologia residem em Moore (1966) e Tilly (1975, 2007). Moore realiza uma investigação comparada de evolução dos regimes democráticos, comunistas e fascistas do século 19 e 20 amparada em Hintze, porém se focando nas dinâmicas internas e excedendo o aspecto externo e militar dos governos. Esse papel funcional dos estados é particularmente explorado por Tilly em que o estudo comparado do surgimento do estado-nacional é ancorado em um recorte da história da

guerra, mais precisamente na evolução das características da composição dos exércitos e nas suas capacidades de coerção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS CITADAS.

- Aron, R. (1986). *Paz e Guerra entre as Nações*. Brasília: Ed. UnB.
- Betts, R. (1997). Should Strategic Studies Survive? *World Politics*, 50(11027), 7-33.
- Betts, R. (2000). Is Strategy an Illusion ? *International Security* 25(2).
- Betts, R. (2007). A Disciplined Defense: How to Regain Strategic Solvency. *Foreign Affairs*, 86(6), 67.
- Brodie, B. (1949). Strategy as a Science. *World Politics* 1(4), 467-488.
- Brown et al., M. (eds) (1995) . *The Perils of Anarchy: Contemporary Realism and International Security*. Cambridge: MIT Press.
- Bull, H. (1968). Strategic Studies and its Critics. *World Politics* 20(4), 593-605.
- Campos, T. (2005). *A Ciência da Polícia e o Novo Profissionalismo: Bittner à Luz de Clausewitz*. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ (dissertação de mestrado).
- Chaliand, G. (1994), *The Art of War in World History*. Berkeley: University of California Press.
- Chipman, J. (1992). The Future of Strategic Studies, Beyond even Grand Strategy. *Round Table*(322), 135-155.
- Christensen., T. (1996). *Useful Adversaries: Grand Strategy, Domestic Mobilization, and Sino-American Conflict, 1947-1958*. Princeton: Princeton University Press.
- Clausewitz, C. v. (1984). *On War*. Princeton: University of Princeton Press.
- Collins, E. (1955). Clausewitz and Democracy's Modern Wars. *Military Affairs*, 19(1), 15-20.
- Corbett, J. (1911). *Some Principles of Maritime Strategy*. London, New York: Longmans, Green and Co.
- Corbett, J. (1919). *The Campaign of Trafalgar*. London, New York: Longmans, Green and Co.
- Delbrück, H. (1990). *History of the Art of War in the Framework of Political History- Vols I-IV*. Lincoln: University of Nebraska Press.
- Diniz, E. (2002). *Clausewitz, o Balanço Ataque-Defesa e a Teoria das Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ.
- Duyvesteyn, I. (2004). *Rethinking the Nature of War*. London: Routledge.

- Echevarria, A. J. (2007). *Clausewitz and Contemporary War*. New York: Oxford University Press.
- Evans, P. B., Rueschemeyer, D., & Skocpol, T. (1985). *Bringing the State Back In*. Cambridge University Press.
- Foucault, M. (2003). *Society Must be Defended*. New York: Picadora.
- Gat, A. (2001). *A History of Military Thought*. New York: Oxford University Press.
- Gilbert, F. (1980). From Clausewitz to Delbrück and Hintze: Achievements and Failures of Military History. *Journal of Strategic Studies*, 3(3), 11-20.
- Gray, C. S. (1977). Across the Nuclear Divide - Strategic Studies, Past and Present. *International Security* 2(1), 24-46.
- Gray, Colin S. (1999). Clausewitz Rules, Ok ?: The Future is the Past - with GPS. *Review of International Studies*, 25 (5), 161-82.
- Hall, J. A. (1994). *The State: critical concepts*. New York: Routledge.
- Hartmann, U. (2002). *Carl von Clausewitz and the Making of Modern Strategy*.
- Herberg-Rothe, A. (2007). *Clausewitz's Puzzle: The Political Theory of War*. New York: Oxford University Press.
- Hintze, O. (1975). *The Historical Essays of Otto Hintze*. New York: Oxford University Press.
- Hobden, S. (1998). *International Relations and Historical Sociology: Breaking Down Boundaries*. London: Routledge.
- Hobden, S. (1999). Theorizing the International System: Perspectives from Historical Sociology. *Review of International Studies*, 25(02), 257-271.
- Hobden, S., & Hobson, J. M. (2002). *Historical Sociology of International Relations*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Hobson, J.M. (2004). *The Eastern Origins of Western Civilization*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Hoffmann, S. (1978). *Primacy or World Order: American Foreign Policy Since the Cold War*. New York: McGraw-Hill.
- Howard, M. (2002). *Clausewitz: A Very Short Introduction*. New York: Oxford Paperbacks.
- Ikenberry, G.J. (2001). *After Victory: Institutions, Strategic Restraint and the Rebuilding of Order After Major Wars*. Princeton: Princeton University Press.
- Kaspersen, L. (2003). *The 'Warfare-Paradigm' in Historical Sociology: Warfare as a driving Historical*. Copenhagen: University of Copenhagen.

- Kinross, S. (2005). *Clausewitz and America: Strategic Thought and Practice from Vietnam to Iraq*. London: Routledge.
- Kiser, E., & Hechter. (1998). The Debate on Historical Sociology: Rational Choice Theory and Its Critics. *American Journal of Sociology*, 104(3), 785-816.
- Klinger, J. (2006). The Social Science of Carl von Clausewitz. *Parameters*, 36(1), 79-90.
- Lakatos, I. (1970). Science as Successful Prediction. In *Criticism and the Growth of Knowledge*. New York: Cambridge University Press, pp. 91-195.
- Lakatos, I. (1978). *The Methodology of Scientific Research Programs*. New York: Cambridge University Press.
- Lakatos, I. (1999). *Philosophical Papers Volume 1: The methodology of scientific research programmes*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Lawson, G. (2003). The Promise of Historical Sociology in International Relations. *International Studies Review*, 8(3), 397–423.
- Lawson, G. (2007). Editors Introduction: Forum on Historical Sociology. *International Politics*, 44(4), 341.
- Mabee, B. (2007). Levels and Agents, States and People: Micro-Historical Sociological Analysis and International Relations. *International Politics*, 44(4), 431.
- Mann, M. (1986). *The Sources of Social Power: A history of power from the beginning A.D. 1760. Vol. I.* Cambridge: Cambridge University Press.
- Mann, M. (1993). *The Sources of Social Power: The Rise of classes and nation-states, 1760-1914 Vol. II.* Cambridge: Cambridge University Press.
- McCann, D. R., & Strauss, B. S. (2001). *War and Democracy: A Comparative Study of the Korean War and the Peloponnesian War*. New York: East Gate Book.
- Millett, J. (1945). Logistics and Modern Warfare. *Military Affairs*, 9(3), 193-207.
- Moore, B. (1967). *Social Origins of Dictatorship and Democracy: Lord and Peasant in the Making of the Modern World*. Boston: Beacon Press.
- Munkler, H. (2004). *New Wars*. Polity Press.
- Nakamoto, Y. (2001). The Historical Sociology of Raymond Aron and Stanley Hoffman.
- Palmer, R. (1986). Frederick the Great, Guibert, Bülow: From Dynastic to National War. In Paret, P. (Ed.), *Makers of Modern Strategy* (pp. 91-122). Princeton: Princeton University Press.

- Paret, P. (1966). Hans Delbrück on Military Critics and Military Historians. *Military Affairs*, 30, 148-152.
- Paret, P. (2007). *Clausewitz and the State*. Princeton: Princeton University Press.
- Proença Jr., D. (2007). *Tecnologia e Defesa*. Rio de Janeiro: CNPq.
- Proença Jr., D., & Duarte, EE. (2005). The Concept of Logistics derived from Clausewitz. *Journal of Strategic Studies*, 28(4), 645-677.
- Proença Jr., D., & Duarte, E. (2007). Os Estudos Estratégicos como Base Reflexiva da Defesa Nacional. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 50(1), 29-46.
- Quigley, C. (1983). *Weapons Systems and Political Stability*. Washington: University Press of America.
- Reid, J. (2003). Foucault on Clausewitz: Conceptualizing the Relationship Between War and Power. *Alternatives*, 28(1), 1.
- Reus-Smit, C. (1999). *The Moral Purpose of the State*. Princeton: Princeton University Press.
- Rose, G. (1998). Neoclassical Realism and Theories of Foreign Policy. *World Politics*, 51(1), 144-172.
- Rosenberg, J. (1994). *The Empire of Civil Society*. London: Verso.
- Rosenberg, J. (2006). Why Is There No International Historical Sociology? *European Journal of International Relations*, 12(3), 307-342.
- Rothenberg, G. (1986), Maurice of Nassau, Gustavus Adolphus, Raimondo Montecuccoli, and the "Military Revolution" of the Seventeenth Century, in Peter Paret (ed.), *Makers of Moderns Strategy*. Princeton: Princeton University Press.
- Roxborough, I. (1994). Clausewitz and the Sociology of War. *British Journal of Sociology*, 45(4), 619-636.
- Shy, J. (1986). Jomini. In Paret, P.&H., Michael (Ed.), *Makers of Modern Strategy* (pp. 143-85). Princeton: Princeton University Press.
- Skocpol, T. (1979). *States and Social Revolutions*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Smith, H. (2005). *A Study of Military and Political Ideas*. Hampshire: Palgrave.
- Strachan, H. (2007). *Carl Von Clausewitz's "On War": A Book That Shook the World*. Atlantic Books.

Sumida, J. (2001). The Relationship of History and Theory in On War: The Clausewitzian Ideal and Its Implications. *The Journal of Military History*, 65(2), 333-354.

Sumida, J. (2008). *Decoding Clausewitz*.

Tilly, C. (1975). *The Formation of National States in Western Europe*. Princeton: Princeton University Press.

Tilly, C. (2007). *Coercion, Capital and European States*. Oxford: Blackwell.

Weber, M. (1978). *Economy and Society Vol. 2*. Berkeley: University of California Press.

Weber, M. (1991). *Economia e Sociedade*. Brasília: Ed. UnB.

Wohlforth, W. (1993). *The Elusive Balance: Power and Perceptions during the Cold War*. Ithaca: Cornell University Press.

Zakaria, F. (1998). *From Wealth to Power: The Unusual Origins of America's World Role*. Princeton: Princeton University Press.